

# A produção social e seu caráter estrutural

Duílio de Avila Bêrni\*

## 1 - O processo metabólico da produção social

Considerando a miríade de fatores constituintes da realidade, o propósito da Ciência é selecionar um elenco reduzido destes, de sorte a viabilizar a reconstituição mental de alguns aspectos do mundo observado. Mesmo não sendo legítimo falar numa hierarquia estrita entre o conjunto selecionado de fatores, pode-se afirmar que a atividade física e mental dos homens destinada à apropriação da natureza se encontra no cerne da produção de bens e serviços. Com efeito, essa apropriação está associada com a criação de valores de uso, os quais constituem a maneira inicial de se ingressar no circuito da produção social<sup>1</sup>.

A própria idéia de a riqueza social constituir um circuito (que se repete periodicamente) encontra-se no pensamento de François Quesnay. O médico da corte de Luiz XV postulou que a origem de todos os rendimentos de uma sociedade se localiza na esfera da produção.<sup>2</sup> Em seguida, os economistas clássicos, iniciando precisamente com Adam Smith, dividiram sua incipiente

---

\* Doutor em Economia pela Universidade de Oxford, Professor do Departamento de Economia da PUCRS (duilio@puers.br) e Pesquisador do CNPq. O autor agradece aos Professores Andrew Glyn e Mauricio Coutinho (1980) por chamarem a sua atenção para essa temática há, respectivamente, 10 e 20 anos.

<sup>1</sup> A produção não é social se não for avalizada pelo processo de troca. Assim, embora produza enorme satisfação para o agente, este, ao cortar as próprias unhas ou ao recitar sonetos — sem receber bens ou serviços em troca —, não está realizando trabalho social. Bêrni (1995b) mergulha na descrição dos detalhes da produção e do trabalho social, esmiuçando-lhe as três dimensões: a produção de valores (medida em horas de trabalho), a produção de valores de troca (medida através dos preços das mercadorias) e a produção de valores de uso (medidos pela quantidade física produzida de bens e serviços).

<sup>2</sup> Hennings (1986) escreveu um ótimo artigo voltado à discussão do pensamento econômico sobre o que ele chama de paradigmas da troca e da produção. O primeiro, sugere, caracteriza os pensamentos pré-clássico e neoclássico, e o segundo diz respeito aos pensamentos fisiocrático e clássico.

ciência em quatro esferas: produção, circulação, distribuição e consumo. De Quesnay a Smith, a esfera da produção recebeu um deslocamento no enfoque setorial: da agricultura para a indústria. David Ricardo notabilizou-se por sustentar que o objeto de estudo da economia política é a distribuição do excedente econômico entre as diferentes classes sociais. Mesmo para ele, todavia, a produção encontra-se no centro da explicação econômica, dela resultando os conceitos de terras marginais e seus rendimentos decrescentes. Também Marx, na famosa introdução de seu livro **Contribuição à Crítica da Economia Política**, deu destaque para a produção entre as quatro esferas da vida econômica.

Essas quatro esferas iniciam com a produção e têm o consumo, entendido como manifestação de necessidades básicas e culturais humanas, como sua finalidade. O mecanismo de mercado, mesmo que sujeito ao aparecimento de falhas em seu funcionamento<sup>3</sup>, é o responsável pela ação dos diferentes agentes econômicos ao longo dessas quatro esferas. O racionamento via sistema de preços é a mais impessoal das formas de articulação entre os agentes enlaçados por certa atividade econômica, sendo que o mercado e a política são os dois únicos construtos humanos capazes de agregar preferências individuais.

Não se pretende, com isso, sustentar que todos os agentes sejam iguais, no que diz respeito a suas estruturas de preferências, capacidades produtivas ou propriedade de terra ou capital. Emergindo como traço mais característico do capitalismo, o mercado de trabalho vincula a esfera da produção com as principais questões distributivas do sistema<sup>4</sup>. Ainda que o mercado de trabalho tenha tido existência episódica previamente ao surgimento do capitalismo, foi nesse sistema

---

<sup>3</sup> É apenas do segundo quartil do século XX a constatação de que os mercados podem apresentar falhas em seu funcionamento, particularmente as atribuídas a externalidades.

<sup>4</sup> Outras falhas são devidas ao poder de monopólio e a assimetrias de informação por parte dos agentes econômicos. O caso mais interessante no presente contexto é o dos bens públicos, modernamente caracterizados pela ausência dos princípios de exclusão e rivalidade do consumo. O primeiro diz respeito ao fato de que, por exemplo, o montante de segurança pública disponível para um indivíduo não fica reduzido com o consumo de segurança pública por outros, ao passo que o segundo sugere que, se há segurança para um, esta, automaticamente, também é disponível para outros, não havendo um mecanismo de preços que lhes barre o acesso.

<sup>4</sup> A noção de sistema econômico deriva de uma longa seqüência de causalidades: a repetição das ações humanas voltadas à produção de bens e serviços gera processos produtivos que, quando repetidos, passam a apresentar dado padrão no uso dos recursos. A repetição de conjuntos articulados de padrões gera estruturas, entendidas como relações que as partes de um todo guardam entre si. Um conjunto de estruturas econômicas associado a outras (estruturas geográficas, políticas, científicas, culturais, etc.) gera um sistema econômico.

econômico que as relações mercantis entre trabalhadores e capitalistas mais floresceram. É nele que se decide, em dois momentos, quais são as frações da população que terão acesso à renda. O primeiro momento refere-se à distribuição do valor adicionado, na forma de salários ou lucros. O segundo direciona-se tanto ao estabelecimento de diferentes níveis salariais, de acordo com a qualificação ou poder de barganha de trabalhadores específicos, como à distribuição do lucro total entre as diferentes empresas.

Se a produção pode ser entendida como o processo de apropriação que o homem faz da natureza, as outras esferas se relacionam à apropriação e ao consumo da própria produção. A fim de apropriar-se da natureza em seu benefício, o homem usa sua capacidade de trabalho ou na forma de dispêndio presente da energia contida em seu corpo, ou na forma de trabalho “cristalizado”, trabalho previamente despendido, ou seja, capital<sup>5</sup>. De fato, o capital, enquanto trabalho cristalizado, é uma fração da natureza externa ao homem, a qual assumiu a forma de uma ferramenta ou máquina, graças à aplicação prévia do trabalho vivo à natureza.

A relação entre a produção setorial e o consumo pessoal manifesta-se nas conseqüências da alocação do tempo social. Estas resultam na distribuição da produção em ramos, perfazendo a distribuição setorial do valor adicionado. Como resultado do funcionamento do mercado de bens e serviços, molda-se um certo padrão distributivo, o qual, por seu turno, moldará um certo padrão de demanda. Variações no consumo, por exemplo, influenciarão outra rodada da produção setorial, com possíveis mudanças na alocação do tempo de trabalho, e assim por diante.

Se a demanda varia, seu novo padrão vai moldar um novo perfil da oferta, a fim de que o equilíbrio seja restabelecido. No entanto, enquanto o equilíbrio não se consolida, os preços também variarão, provocando dois efeitos alternativos. Por um lado, eles favorecerão a lucratividade de setores em que há escassez de oferta, atraindo novos ingressos de capital. Por outro, preços altos podem apenas elevar os rendimentos de um ou de todos os fatores alocados no setor em que há escassez.

Pode-se supor que, quando os proprietários dos fatores de produção obtêm recompensas extraordinárias, em virtude de os preços sinalizarem a entrada de

---

<sup>5</sup> A palavra capital tem dois sentidos: este é entendido ou como um conjunto de bens de produção previamente produzidos e que pode assumir a forma monetária de um fundo de valor pecuniário, ou como uma relação social entre trabalhadores e capitalistas. No primeiro caso, incluem-se no capital de propriedade de um agente econômico específico os insumos, as máquinas e outros ativos (por exemplo, um desenho de disposição de máquinas no chão-da-fábrica).

novos capitais num setor específico, alguns desses fatores terão retornos mais elevados. O nível desses retornos dependerá do poder de barganha de seus proprietários, das relações de propriedade e da regulamentação. Portanto, o impacto de variações de preços sobre as remunerações dos fatores contribui para a determinação da distribuição funcional (entre salários e lucros) da renda. Considerando-se que os serviços ofertados são propriedade dos ofertantes, fica estabelecida, assim, uma estreita vinculação também com a distribuição pessoal (entre os diferentes indivíduos) da renda.

Aparentemente, variações em qualquer outra dimensão do fluxo circular da renda levariam a que formas de integração similares fossem observadas. O aspecto a ser ressaltado é que a renda influencia o consumo, o consumo influencia os preços, os preços influenciam a remuneração dos proprietários dos insumos e, assim, lucros ou salários. Segue-se a influência destes sobre a distribuição pessoal da renda e, portanto, sobre o consumo, e, assim, sobre a estrutura setorial da produção, e assim por diante...

À medida que os vínculos acima são endógenos ao sistema econômico, no sentido de que há um *feed-back* positivo ou negativo em operação, permitindo a transição de um aspecto ao outro, existe espaço para se especular sobre as possíveis respostas que variações exógenas em uma ou outra dessas esferas provocará nas demais. As respostas do sistema a essas variações exógenas permitem que o processo metabólico da produção social seja observado em sua plenitude. Por analogia ao próprio corpo humano, que transforma alimentos em tecido celular, o anabolismo da produção social consiste no uso do trabalho para, transformando a natureza, gerar bens e serviços. Seu oposto-complemento é o processo catabólico de circulação e consumo desses bens e serviços. Tais movimentos de anabolismo e catabolismo geram o circuito econômico, ou seja, o processo metabólico da produção social.

## 2 - Modelos dualistas, distribuição e crescimento

O fato de se aceitar um enorme grau de inter-relacionamento entre os diferentes fenômenos econômicos também permite a existência de movimentos sincrônicos e assincrônicos por parte de diferentes componentes. Um fenômeno relacionado e, até certo ponto, mais comum consiste na movimentação de algumas variáveis no mesmo sentido, mas em velocidades diferentes. O resultado dessa faceta implica a convivência entre setores “grandes” e “pequenos”. Como resultado da ação mais ou menos intensa das economias de escala, esses setores poderão reter características de “modernos” ou “atrasados”, cuja interação cria um todo unificado. A investigação dessa convivência apresenta uma

longa tradição na ciência econômica, sendo que sua importância é reforçada pelo próprio desenvolvimento das relações de produção capitalistas. O papel dessa dicotomia é facilmente observável, mesmo no cerne dos países capitalistas avançados, mas os contrastes mais marcantes aparecem precisamente nos países subdesenvolvidos.

Nos anos 50, surgiram alguns estudos marcantes na busca de explicar o caráter das sociedades em que o mercado de trabalho tem o papel fundamental na alocação dos recursos e, como consequência, na própria capacidade do sistema em acumular capital. Escrevendo em 1954, Arthur Lewis criou um modelo de dois setores, destinado a explicar essas questões. O primeiro é um setor capitalista, que usa capital fixo, alocando trabalhadores numa situação em que mesmo os últimos trabalhadores contratados contribuem positivamente para o aumento da produção. Isto lhes permite receber um salário não nulo.

No segundo setor, cuja atividade econômica se destina puramente à subsistência dos trabalhadores, existe uma oferta ilimitada de mão-de-obra. Nele, o salário iguala precisamente o nível de subsistência. Em circunstâncias especiais, salário menor que este pode ocorrer, como, por exemplo, na Eritreia contemporânea, o que inviabiliza a manutenção da organização econômica a longo prazo.

A fim de atrair trabalhadores do setor de subsistência, o setor capitalista paga-lhes um salário ligeiramente superior ao “salário natural”, contemplando um “prêmio” de cerca de 30% sobre ele. Nesse modelo, o crescimento econômico pode ser entendido como o processo de movimentação da mão-de-obra do setor tradicional para o setor capitalista.<sup>6</sup> A participação dos lucros no valor adicionado aumenta até que todo o trabalho excedente seja absorvido. Até esse momento, a distribuição pessoal da renda piora sistematicamente. No entanto, à medida que lucros vão sendo gerados, também são geradas novas poupanças financiadoras do investimento necessário a viabilizar mais crescimento.

Desse modo, pode-se considerar que, se o salário de mercado se eleva com a exaustão do excedente de mão-de-obra, o processo de crescimento pode ser quebrado, de acordo com duas possibilidades que podem ocorrer simultaneamente. Primeiramente, os preços podem aumentar mais rapidamente no setor tradicional do que no setor capitalista. Em segundo lugar, o setor tradicional pode experimentar aumentos de produtividade. Ambas as possibilidades implicam a necessidade

---

<sup>6</sup> Kanbur e McIntosh (1988) apresentam uma *survey* excelente sobre os modelos duais, lidando com uma classificação interessantíssima: modelo neoclássico, modelo de Lewis, modelo estruturalista e modelo Norte-Sul. Um texto interessante em português é o de Hans Singer (1969).

de elevação do salário no setor moderno, a fim de prosseguir atraindo trabalhadores do setor de subsistência. Essa questão merece maior aprofundamento.

De acordo com Lewis (1954, p.139), a noção de oferta ilimitada de mão-de-obra em nível de subsistência encontra-se “nos clássicos, de Smith a Marx”.<sup>7</sup> Ao longo do tempo, a produção eleva-se, como consequência da acumulação de capital,

“(…) a qual é explicada por eles em termos de sua análise da distribuição da renda. Os sistemas clássicos, assim, determinaram simultaneamente a distribuição da renda e seu crescimento, sendo os preços relativos das mercadorias considerados como um subproduto de menor importância”.

Os setores de Lewis não correspondem simplesmente à dualidade agricultura-no-campo e indústria/serviços-na-cidade (Ibid., p.141). Ao desemprego “disfarçado” na agricultura, ele acrescenta muitos “empregos informais” na cidade, tais como carregadores de malas, jardineiros, vendedores ambulantes, mandaletes, etc.

A tendência a manter a oferta ilimitada de mão-de-obra sustenta-se nas esposas e nas filhas das famílias, no excesso de nascimentos sobre os passamentos e no trabalho tornado ocioso em virtude dos ganhos de eficiência do setor moderno. Portanto, em termos empíricos, Lewis rejeita a possibilidade de escassez de mão-de-obra. Mesmo que haja engarrafamentos quanto às necessidades de trabalho qualificado, estes ocorrem apenas como movimentos de curto prazo, que são eliminados por meio de treinamento e manutenção de fluxos migratórios. Assim, “(…) à medida que aumenta a disponibilidade de capital, aumenta o ingresso de trabalhadores do setor de subsistência no setor capitalista, e sua produtividade média também aumenta, como resultado de sua movimentação de um ao outro setor” (Ibid., p.147). Mas deve-se ter presente que o setor capitalista não é “tenuemente distribuído”, havendo, ao contrário, “ilhas” de graus variáveis de produtividade.<sup>8</sup>

O nível de salário é determinado pela produtividade no setor de subsistência (Ibid., p.148-149). A migração para o setor capitalista ocorrerá sempre que um trabalhador do setor de subsistência possa ganhar maior salário real do que ele

---

<sup>7</sup> Esta e as demais traduções são de minha autoria.

<sup>8</sup> Isto por si só deve permitir que se entenda que os modelos duais são apenas o caso extremo de uma gama enorme de modelos de multissetores, cada um com seu grau específico de produtividade.

“seria capaz de consumir” se permanecesse no setor de subsistência. A partir disto, Lewis sugere que a manutenção da baixa produtividade no setor de subsistência é rentável para os capitalistas. O excedente realizado nesses moldes é reinvestido (Ibid., p.152-153), aumentando o estoque de capital e atraindo mais trabalhadores do setor de subsistência. Caso as novas máquinas assim adquiridas sejam mais produtivas, ocorrerão aumentos nos lucros. No entanto, as inovações no setor de subsistência aumentariam os frutos do trabalho nesse setor, gerando mais excedente ou elevando o retorno no setor de subsistência. Nessas circunstâncias, fica clara a necessidade de aumentos salariais no próprio setor capitalista, a fim de que os trabalhadores não retornem ao setor de subsistência.

Lewis também procurou explicar as razões que levam os capitalistas a investirem e não a consumirem (Ibid., p.153), aceitando a clássica resposta de Marx, de que “(...) os capitalistas têm uma compulsão a acumular”. Ele sustenta que “(...) o problema central da teoria do desenvolvimento econômico é compreender o processo que leva uma comunidade que poupava e investia 4 ou 5% de sua renda nacional a transformar-se numa economia cuja poupança voluntária se situa entre 12 e 15% por ano” (Lewis, 1954, p.155). Sua resposta para essa questão é que “(...) poupa-se mais porque tem-se mais a poupar”. Ele prossegue afirmando que “(...) praticamente toda a poupança é feita por indivíduos que recebem lucros ou aluguéis” (Ibid., p.157). Esse tipo de aspecto comportamental de seu modelo representou uma tentativa de superar as limitações de explicações unicasais para a desigualdade. Dele se originou outra tradição na economia do desenvolvimento, no sentido de associar a mudança estrutural em uma economia subdesenvolvida específica com a transformação derivada do impacto de diferentes padrões de distribuição sobre a estrutura de consumo. Assim, alguns dos modelos inseridos nessa tradição contribuem para explicar como a desigualdade influencia o desenvolvimento:

Novos traços foram incorporados ao modelo de Lewis por Taylor e Bacha (1976), que construíram um modelo destinado a explicar a “espiral desigualitária”. Seu modelo sugere que um setor moderno, constituído por trabalhadores qualificados consumindo bens de luxo, é responsável pelo investimento, enquanto os trabalhadores não qualificados, consumindo bens da cesta básica, se localizam no setor tradicional. Ademais, esse modelo sugere que os trabalhadores qualificados poupam mais do que os não qualificados, enquanto as firmas são induzidas a empregar mais trabalhadores qualificados do que não qualificados. Nessas circunstâncias, geram-se as poupanças necessárias ao financiamento de seu investimento. O funcionamento desse modelo parte do aumento do investimento, que implica mais emprego de trabalhadores qualificados, pois a

demanda por bens suntuários exige mais investimentos. Assim, geram-se poupanças adicionais, colocando a espiral em funcionamento. A evasão do estado estacionário que emerge como uma consequência da “modernização” generalizada deve ser procurada no aumento da produtividade do setor moderno.

Por outro lado, enquanto o vazamento de trabalho do setor tradicional para o moderno persistir, as diferenças na distribuição pessoal da renda devem manter-se. Na economia capitalista caracterizada pela concentração da propriedade privada dos meios de produção, a concentração da renda ocorre com o crescimento econômico. Com efeito, crescimento implica dizer que o setor moderno cresce mais do que o tradicional, onde a parcela dos lucros é zero, ao contrário do moderno.

Essas considerações permitem a construção do nexos entre crescimento econômico e distribuição da renda, através do uso dos modelos dualistas. Examinam-se, a seguir, esses vínculos em dois momentos. O primeiro, tratado com mais brevidade, consiste na viabilidade empírica de se fazer o contraste entre os setores moderno e tradicional. Kanbur e McIntosh (1988, p.85), trabalhando sobre os resultados de Simon Kuznets, sugerem que uma economia que experimenta o processo de modernização tem seu emprego na agricultura caindo de 70% a 20% do emprego total, uma queda de 50% a 15% na contribuição da agricultura para a formação da renda, um aumento geral da produtividade, o aumento da taxa nacional de poupança à *la* Lewis, declínio nas taxas de natalidade e mortalidade e um movimento de redução da desigualdade na distribuição da renda.

O segundo momento, emergente a partir do modelo de Lewis como foi acima acentuado, consiste na conceptualização da relação de interdependência entre crescimento e distribuição. Existe um verdadeiro programa de pesquisa na economia do desenvolvimento investigando a proposição de que não apenas o desenvolvimento econômico influencia a desigualdade, mas também que a desigualdade pode moldar o padrão de desenvolvimento, particularmente na industrialização de um país. Esse segundo ponto será aprofundado na próxima seção, no contexto do modelo estruturalista, sendo epitomado pela linha geral da obra de Celso Furtado.

No momento, serão discutidas as tentativas feitas por diversos autores para estudar sistematicamente a forma como o desenvolvimento econômico pode influenciar a desigualdade, começando com o prolífico trabalho de Kuznets (1955). A chamada curva de Kuznets, em forma de **U** invertido, descreve a relação entre renda *per capita* e desigualdade, indicando que a desigualdade inicia pequena, cresce à medida que o processo de desenvolvimento econômico toma impulso, eleva-se por certo tempo, alcança um máximo, começando, então, a decrescer.



Para ele, a partir de certo estágio de desenvolvimento, reduz-se a concentração da renda pessoal, pois, daí em diante, a renda *per capita* real das camadas mais baixas da população cresce mais rapidamente do que a das camadas mais altas. Generalizando sua observação de um elenco de países e períodos, ele sustenta que essa tendência de redução da desigualdade ocorreu devido à ação de um mecanismo automático, bem como em consequência da "(...) organização dos trabalhadores e das leis sociais que inibiram uma exploração excessiva" (Kuznets, 1955).

Críticos do modelo de Kuznets levantaram argumentos tanto empíricos como teóricos voltados a anular a importância das regularidades encontradas entre o crescimento econômico e a distribuição da renda. Todavia o exame da essência do fenômeno oculto por detrás da curva de Kuznets deveria permitir o esclarecimento de diferenças imanentes entre as várias trajetórias do desenvolvimento econômico. Não obstante, esperar, a partir desses tipo de evidência, identificar as razões que levaram países específicos a não seguirem o padrão geral já é pedir demais às possibilidades da análise de regressão. A fim de detectar as causas, necessita-se de um instrumental analítico muito mais poderoso, pois ainda permanecem dois elos perdidos.

O primeiro diz respeito à tradicional racionalização do pensamento estruturalista destinado a avaliar a distribuição dos ganhos do progresso técnico e do comércio internacional por parte da "periferia", através do exame de variações de preços relativos. Esse tema será aprofundado na próxima seção. O segundo elo perdido refere-se à tentativa de compreensão da relação entre crescimento e distribuição derivada de um instrumental analítico diverso da curva de Kuznets, nomeadamente, através do estudo de casos específicos.

Dentro dessa tradição, o desempenho em termos de crescimento econômico dos chamados Tigres Asiáticos foi considerado como o arquétipo da associação entre crescimento e igualdade. Fajnzylber (1988, 1989) foi o primeiro a comparar essas experiências com o contexto latino-americano. Nesses dois trabalhos, Fajnzylber sugeriu que a experiência dos países latino-americanos pode ser caracterizada pela inserção desses países em três "caixas". Países como a Bolívia ou o Peru se caracterizaram por baixo igualitarismo e baixo dinamismo; a Argentina e o Uruguai apresentaram alto igualitarismo e baixo dinamismo; e o Brasil e o México mostraram características tanto de dinamismo como de desigualdade. Nenhum país latino-americano postou-se na "caixa" característica de alto dinamismo e alto igualitarismo, configurando, assim, uma "caixa vazia". Em sua visão, esse tipo de situação foi gestada por sociedades centralizadas, em que a criação de tecnologia é exógena a seus sistemas econômicos. A ausência de um "acordo estratégico" entre os governos, o empresariado dinâmico

e os sindicatos não incentiva o desenvolvimento de atividades criativas destinadas a melhorar o nível de bem-estar desses países.

Parece que, depois da investida neoliberal dos anos 80, o consenso internacional tende a associar positivamente crescimento e equidade. Com efeito, os modelos de crescimento induzido pelas exportações seguidos por “economias pequenas”, como Taiwan, Cingapura, Coréia e Hong Kong, conseguiram gerar pleno emprego da mão-de-obra, retendo a desigualdade em níveis relativamente baixos. Não resta dúvida de que sua estratégia de crescimento voltado ao Exterior se sobrepôs à industrialização por substituição de importações. Tem-se argumentado, a respeito de seu sucesso, embora sem a busca específica de estratégias igualitárias, a proeminência da política econômica na dinamização econômica.<sup>9</sup> A esse respeito, vale a pena resgatar as lições dadas pelo grande Economista argentino Raúl Prebisch, que há 60 anos insistia na industrialização como panacéia dos problemas econômicos da “periferia”.<sup>10</sup>

Em tempos mais recentes, Persson e Tabellini (1993) apresentaram um tipo de explicação diferente para a associação entre crescimento e distribuição. Eles criaram um modelo inserido na tradição neoclássica, usando dados de corte transversal. Tal modelo lhes permitiu testar empiricamente a associação observada entre o progresso econômico e o igualitarismo. Sua sustentação teórica deriva da proposição de que a acumulação de capital humano e físico, vale dizer, a elevação da produtividade total dos fatores, é favorecida em sociedades que possuem reduzido conflito distributivo, de modo que, nesse contexto, o igualitarismo, por reduzir esse conflito, promove o crescimento. Dois anos depois, Bowles e Gintis (1995) apresentaram novas teorizações sobre o tema, enfatizando a relação entre igualitarismo e produtividade, conforme é mencionado com mais vagar na seção 4.

### **3 - Estruturalismo e produtividade**

A avaliação promovida pela escola estruturalista sobre o desenvolvimento econômico da América Latina na primeira metade do século XX partiu da concepção de que os abalos que periodicamente desestabilizavam as economias

---

<sup>9</sup> Haggard (1990) apresenta interessantes avaliações dos desempenhos desses países, previamente à crise financeira que se abateu sobre eles no final dos anos 90.

<sup>10</sup> O Dr. Gabriel Palma, em conferência pronunciada em 1991 no Seminário Latino-Americano do St. Antony's College de Oxford, salientou esse traço do pensamento de Prebisch, sugerindo, com alguma ironia, que quem lhe seguiu o conselho foram os Tigres Asiáticos, e não os destinatários originais da lição.

dos países que a compõem se originaram de seus vínculos com os países industrializados. Dizia-se que os países latino-americanos eram pobres, exportavam principalmente produtos agrícolas e importavam principalmente produtos industrializados, cujos produtores eram ricos. Ademais, lançou-se um grande desafio à então estabelecida teoria das vantagens comparativas, destinada a explicar o comércio internacional. Dizia-se que a industrialização era o principal fator responsável pelo crescimento econômico, sendo, portanto, a condição indispensável para que essas economias pudessem oferecer melhores padrões de vida a suas populações.

Assim, a industrialização começou a ser percebida como a solução dos problemas econômicos da América Latina, sendo a única estratégia capaz de dinamizar essas economias, de modo que o resultado final desse processo fosse o desenvolvimento. Em um nível razoável, essas metas foram alcançadas por países tais como a Argentina, o Brasil, o Chile, o México e mesmo o Peru.

Todavia ficou claro que a industrialização não seria nenhuma panacéia para os males do subdesenvolvimento brasileiro ou do mexicano, particularmente no que dizia respeito à desigualdade. Nesses países, pode-se argumentar que problemas de desigualdade sempre existiram, em virtude da concentração da propriedade fundiária, mas que seus efeitos não foram claramente percebidos, pois a própria renda *per capita* era relativamente baixa. No entanto, crescentemente, começou-se a perceber o caráter sistemático de uma relação inversa entre crescimento econômico e distribuição da renda. Percebida essa relação, alguns analistas procuraram justificá-la em termos do comportamento proposto pela curva de Kuznets: apenas uma fase necessária do crescimento econômico.

Na trajetória da busca de melhores explicações para o fenômeno do subdesenvolvimento, partiu-se para o estudo de modelos multissetoriais. Nesses modelos, foram enfatizados o exame dos vínculos estruturais entre os diferentes mercados e a forma como os desequilíbrios se transferem de um mercado a outro, gerando diferentes estruturas de produção, distribuição e consumo.

A própria definição de estruturalismo implica centrar atenção no exame da relação entre as partes constituintes de certos todos nos quais elas se inserem. Quando as partes de um sistema são postas em conjunto, criando um todo coerente, podem ser identificados o padrão descritor da emergência e a forma de articulação dessa relação. Em termos de um modelo multissetorial, estruturalismo significa proceder-se ao exame de atividades específicas e de suas relações com o comportamento de todo o sistema.

A partir dos anos 70, a modelagem multissetorial passou crescentemente a ser usada pelos economistas estruturalistas e seus sucessores, com o objetivo

de estudar a relação entre crescimento e desigualdade.<sup>11</sup> Claramente, essa relação pode ser examinada sob dois pontos de vista. O primeiro, tratado na seção anterior, diz respeito à influência do crescimento sobre a desigualdade. O segundo diz respeito à influência da desigualdade sobre o crescimento, tendo sido elaborado em diversos estudos feitos por economistas brasileiros. Com efeito, a falta de dinamismo da economia brasileira, associada à redução no ritmo do processo de substituição de importações na metade dos anos 60, levou alguns estudiosos a acreditarem que as economias latino-americanas estavam fadadas à estagnação. Baer e Maneschi (1969) e Furtado e Maneschi (1968), dentre outros, insistiram na interpretação de um caráter intrinsecamente viciado da industrialização latino-americana. A concentração da renda criou um mercado para bens de luxo importados, sendo que o processo de substituição de importações, depois de um período de crescimento acelerado, perderia seu ímpeto, sobrevivendo a estagnação.

Qualificando e atualizando o ponto de vista de Furtado (1969), no entanto, Tavares e Serra (1972) sugeriram que a concentração era a causa do ciclo expansivo da economia brasileira a partir de 1967, cujo final ocorreu, pode-se acrescentar, em 1973. Sua interpretação consiste em afirmar que a concentração da renda levou a um deslocamento da demanda para bens originários das indústrias dinâmicas. Assim, seu crescimento ocorreu a taxas maiores do que as da média da economia. Por contraste, trabalhando com uma modelagem contrafactual, outros economistas da CEPAL sugeriram a existência de uma relação inversa: redistribuições da renda em favor de grupos menos favorecidos iriam incentivar a produção das indústrias tradicionais. Como essas indústrias são trabalho-intensivas e pouco intensivas em insumos importados, esse deslocamento iria favorecer um crescimento auto-sustentado.<sup>12</sup>

Anibal Pinto (1976) construiu um modelo seguindo linhas paralelas a essas. A fase de crescimento voltado às exportações de produtos agrícolas ou minerais criou uma estrutura econômica dualística, a que se seguiu uma "heterogeneidade estrutural", na fase da industrialização substitutiva de importações. A heterogeneidade estrutural caracteriza-se por enormes graus de diferenciais de produtividade inter e

---

<sup>11</sup> Ver Furtado e Maneschi (1968) e Lopes (1969, 1972), para o exame matemático dessa relação. Autores como Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado e Anibal Pinto não se preocuparam com a modelagem matemática, sendo que esta assumiu o caráter de modelos multissetoriais com os trabalhos empíricos de Bonelli e Cunha (1982), Fonseca e Guilhoto (1987) e Locatelli (1985).

<sup>12</sup> Quase um quarto de século depois, dispondo de matrizes de insumo-produto para a economia brasileira, Bêrni (1995a) procurou modelar algumas dessas proposições.

intra-setores. Na América Latina, cujo crescimento populacional era bastante robusto, esses diferenciais no crescimento intersetorial na produtividade do trabalho estavam destinados a criar maior concentração da renda. Portanto, parte dos benefícios provocados pelo crescimento elevado da produtividade costuma ser mantida internamente a esses setores, na forma de maiores salários ou de maiores lucros, sem serem repassados aos consumidores na forma de menores preços.

Como foi salientado na seção anterior, os estudos do tipo corte transversal mundial receberam novo empuxo com os trabalhos de Fajnzylber (1988, 1989), quando emergiu a figura das “caixas vazias” na América Latina: nenhum país combinou crescimento rápido com performance redistributiva. Com efeito, os autores vinculados à escola estruturalista sustentam que o processo global de crescimento foi viciado, por ter elevado a concentração na distribuição pessoal da renda. Por exemplo, na visão de Furtado, a evolução econômica do Brasil considera que o modelo de crescimento baseado nas exportações de matérias-primas levou ao aumento da produtividade e à expansão e à diversificação dos padrões de consumo de reduzida parcela da população. Desses novos padrões de consumo, teria emergido o processo de industrialização por substituição de importações, quando os padrões de consumo dos países desenvolvidos foram mimetizados. Criado o mercado para certos bens de luxo de baixa complexidade tecnológica, firmas locais puderam dedicar-se a sua produção, mesmo que importando a tecnologia necessária dos países centrais. Essa situação levou tanto à dependência (via controle do comércio internacional pelos países centrais) como à criação de um mercado formado pelas “elites modernizantes”.

A fim de explicar esse tipo de fenômeno, em 1949 Raúl Prebisch desenvolveu seu modelo dualista, contemplando a agricultura e a indústria. Anos após, Hirshman (1973), discutindo “a falência da velha economia do desenvolvimento”, baseada em taxas de crescimento, industrialização e assistência internacional”, propôs sua substituição por um corpo teórico que abrangesse a distribuição da renda, o emprego e o desenvolvimento sustentável. A proposição central do autor americano é que a idéia de crescimento balanceado é fictícia, sendo que esse conceito deve ser substituído pela idéia de crescimento desequilibrado. Tal idéia significa que novos investimentos na produção devem gerar tensões devidas à falta de infra-estrutura e, assim, forçar os governos a fazerem investimentos adicionais.

A esta altura, pode-se estilizar a questão do desenvolvimento econômico no terceiro quartil do século XX, associando-o ao deslocamento da população empregada no setor agrícola de baixa produtividade para a indústria de transformação, caracterizada por enormes possibilidades de ganhos de produtividade. Claramente, este foi um dos grandes *insights* de Adam Smith, que retirou da agricultura a primazia na alocação do trabalho social. Ele percebeu que

a indústria contemplava possibilidades inauditas de expandir a divisão do trabalho, aumentar sua produtividade real e transferir os ganhos monetários dessas conquistas aos consumidores (intermediários ou finais) de seus produtos, via redução dos preços dos produtos por ela vendidos.

No final dos anos 60, contudo, já começavam a se mostrar os primeiros sinais de um novo modelo de produção social. A próxima seção procura explorar esse ponto, dando destaque à expansão mais que proporcional do setor serviços. Por ora, cabe referir as primeiras teorizações feitas a esse respeito. Em 1967, William Baumol publicou um influente artigo, em que discutia o endividamento das prefeituras das grandes cidades americanas, prestadoras dos tradicionais serviços de coleta de lixo, saneamento, organização do trânsito e outros.

Existe certa semelhança entre o modelo de Lewis acima descrito e o de Baumol (1967) em termos da colocação da ênfase nos diferenciais intersetoriais de produtividade. No setor serviços do modelo de Baumol, a produtividade cresce menos do que nos demais setores, enquanto o modelo de Lewis possui um setor tradicional, no qual os ganhos de produtividade são desprezíveis. O modelo de Baumol, às vezes chamado de modelo da infecção de custos, sustenta que os preços relativos dos setores com produtividade estagnada aumentam com relação ao resto da economia, infectando os demais setores, ou seja, provocando novos e generalizados aumentos de custos.

Baumol (1986, p.1082) alerta para o fato de que o crescimento da produtividade destrói postos de trabalho, elevando, assim, o desemprego. Ele sugere que a economia aberta, na qual a produtividade cresce menos do que no resto do mundo, **cede** empregos para as demais, reduz o papel da indústria nacional e cria dificuldades no balanço de pagamentos. No entanto, já se salientou que ganhos de produtividade podem ser transferidos aos consumidores via reduções de preços. Nesse caso, os consumidores nacionais beneficiam-se mesmo dos ganhos de produtividade verificados na indústria do resto do mundo, quando os preços caem ladeados pelos ganhos de produtividade. Todavia a visão dos primeiros estruturalistas latino-americanos era que tais ganhos ficavam retidos monopolisticamente no mercado interno dos países industrializados, na forma de maiores lucros ou mesmo de maiores salários.

Esse rumo da argumentação redireciona a análise para o exame do vínculo entre produtividade, preços e distribuição da renda, o que vem sendo feito tradicionalmente pelos economistas estruturalistas. Contudo deve-se insistir que essa tradição nunca esqueceu de enfatizar a dimensão interna dos países latino-americanos, cabendo mencionar sua forte diatribe contra a estrutura fundiária vigente nesses países. Anibal Pinto reincorporou o aviso de Lewis em termos de não se tomar o dualismo muito ao pé da letra, considerando a idéia geral de modelos duais como uma inovação importante em relação à tradição neoclássica.

A própria idéia de uma divisão profunda entre os setores moderno e tradicional nada mais é do que uma supersimplificação, porque as economias monetárias atuais apresentam um *continuum* na produtividade dos diferentes setores. Em particular, deve-se insistir que a classificação tradicional da economia nos setores agrícola, industrial e serviços não deve ser considerada como sinônimo de setores moderno e tradicional. Com efeito, a migração rural-urbana criou não apenas um mercado especial para os serviços urbanos de baixa produtividade, como também reforçou e expandiu o caráter tradicional de muitos serviços, particularmente, os de caráter pessoal.

Em resumo, pode-se dizer que a ênfase nas idéias de heterogeneidade estrutural e dependência se constituíram numa conseqüência lógica da busca por maior poder de explicação relativamente à modelagem da economia dualista, remetendo a economia do desenvolvimento ao mundo dos modelos multissetoriais.

#### **4 - Desempenho econômico e setorialização**

Os modelos multissetoriais permitem o estudo dos engarrafamentos e a explicação das diferenças setoriais obviamente descuradas pelos modelos dualistas. Por exemplo, pode-se perceber na visão caleidoscópica da atividade produtiva o contraste entre setores, como os transportes e a agricultura. Pode-se investigar se os elevados ganhos de produtividade nos primeiros vêm sendo distribuídos aos trabalhadores, na forma de salários mais elevados, e se a parcela salarial na agricultura pode ser conseqüência de uma composição do excedente muito carregada de pagamentos de juros ou de aluguéis.

As críticas à concepção puramente dualista do crescimento econômico, ou seja, de uma economia constituída exclusivamente de um único setor tradicional e um único setor moderno, marcam, assim, um tento importante. Em particular, são enormes as vantagens analíticas de se poder contrastar diferentes graus de modernização dos setores econômicos possuidores de baixa produtividade e crescimento lento com setores de elevada produtividade e crescimento rápido. Com efeito, com mais de 200 anos de Revolução Industrial, a transformação da atividade produtiva e o extraordinário aumento paralelo experimentado pela produtividade do trabalho transformaram profundamente os padrões de produção e consumo do mundo contemporâneo. Durante o século XX, essa revolução provocou profundas mudanças nas técnicas de gestão empresarial, nas relações de trabalho e nos processos de distribuição e venda das mercadorias.

Mesmo quando a atividade industrial assume os contornos de mero enclave, pode-se observar algum vazamento ao longo do tempo, de modo que pressões

modernizadoras começam a fazer-se sentir em alguns ramos industriais e em serviços como bancos, comunicações e hotelaria. Todavia esse movimento contribui precisamente para a constituição da heterogeneidade estrutural. Com efeito, pode-se fazer o contraste dos níveis de organização, produtividade, qualidade, padrão sanitário, etc. entre os setores moderno e o tradicional. A diferença é abismal entre, por um lado, os transportes aéreos ou a vida dos varejistas nos centros comerciais e, por outro, a travessia de rios com balsas ou a venda de passarinhos à margem das estradas.

Em cerca de 200 anos, completou-se o ciclo da civilização industrial iniciada na Inglaterra: emergência, desenvolvimento, consolidação e decadência. Esta se associa ao fenômeno da desindustrialização, constituído pela queda do emprego na indústria de transformação com simultâneo aumento da produção industrial e da crescente inserção do país no comércio internacional. Considerando-se que, nos países capitalistas avançados, o emprego agrícola foi, há muito tempo, relegado a um volume inexpressivo do emprego total, a conseqüência aritmética da redução do emprego industrial foi a elevação do emprego no setor serviços. Naturalmente, esta seria uma conseqüência benévola e até desejável dos deslocamentos setoriais do trabalho social, uma vez que tais deslocamentos estariam acompanhando as modificações ocorridas na produção de mercadorias. Em boa medida, o que esse movimento está testemunhando é a ação da lei de Engel, ou seja, as quantidades demandadas dos produtos agrícolas e, em seguida, dos industriais experimentam aumentos menores do que os aumentos na renda dos consumidores.

Todavia não se deve confundir desindustrialização com terceirização. Esta última diz respeito ao aumento da “desintegração vertical”, um fenômeno que ocorre através de negociações feitas entre uma firma e seus fornecedores de insumos, ou os compradores de seus produtos. O fenômeno da desindustrialização floresce em torno do conceito de custos de transação, o construto racionalizador da decisão entre comprar ou produzir insumos. Dizer que uma indústria se terceiriza pode ser uma contradição semântica, mas não fere a lógica econômica: uma empresa calçadista pode terceirizar-se comprando os cabedais de outra firma calçadista, ou contratando os serviços de um escritório de contabilidade. A fronteira contemporânea desse tipo de organização é epitomada pelo chamado “modelo Suarez”, da empresa Volkswagen, que, na Alemanha, tem cedido suas instalações para que firmas integradas a montante se instalem e produzam insumos, sem que a montadora incida em custos de transportes, estocagem e outros.

Assim, o crescimento do setor serviços não pode ser confundido com o aprofundamento do processo de integração vertical. O primeiro manifesta uma transformação de caráter muito mais profundo na organização econômica dos



países capitalistas avançados. Por analogia às macrotransformações conhecidas como Revoluções Agrícola e Industrial, alguns economistas começaram a detectar sinais de uma “terceira onda”, uma era de harmonia e prosperidade, em que o progresso vai beneficiar mesmo aos segmentos atualmente despossuídos dos países pobres.<sup>13</sup>

Em termos menos oníricos, parece que o novo movimento rumo à predominância do setor serviços traz de volta a atenção a uma das mais centrais contradições do capitalismo. A firma individual, que produz mais com menor número de trabalhadores, gera lucros extraordinários e expande-se mais que as concorrentes. Ao mesmo tempo, destruindo empregos, o conjunto das firmas atuantes, de acordo com essa mesma lógica, aniquila a possibilidade de disseminação do consumo, gerando problemas de crescimento macroeconômico. A questão que parece ingressar na agenda da pesquisa nos próximos anos é a da possibilidade de uma economia se estruturar com enorme divisão do trabalho, enorme produtividade, sobre bases diversas do trabalho, como é o caso da produção de signos e subjetividade.<sup>14</sup> Não se trata apenas de uma questão semântica indagar se tal tipo de sistema econômico, por menos barroco que seja, ainda possa ser chamado de capitalismo. A produção de bens será feita por máquinas. Haverá mercado para tudo<sup>15</sup>, ressuscitando, como empreendimento lucrativo, a própria caridade... O trabalho social convergirá para o setor serviços de altíssima produtividade, onde o motor do emprego de alguns serão as necessidades de lazer dos demais.<sup>16</sup>

O desempenho produtivo de 200 anos de produção industrial comprometeu o meio-ambiente, mas parece que “proteção ambiental” também já virou mercadoria nos países desenvolvidos e, como tal, também virou promotora de signos e subjetividade.<sup>17</sup> Por contraste, o desempenho distributivo (e, com ele, a disseminação do consumo) foi de uma mediocridade sepulcral. Por mais neoliberal que tenha sido o discurso dos arautos do capitalismo europeu nos anos 80, e

---

<sup>13</sup> Um dos divulgadores desse tipo de especulação é Tofler (1980), um discípulo de Boulding (1966), que tornou essas idéias extremamente populares. Mais recentemente, o empresário americano Bill Gates (1995) passou a falar numa revolução nas comunicações, dentro da qual podem ser esperados novos e espetaculares aumentos de produtividade.

<sup>14</sup> Ver Guattari (1991), De Masi (1999) e Rifkin (1995).

<sup>15</sup> Na linha do *ditto* de Marx de que, no capitalismo, tudo vira mercadoria, inclusive a honra, o lixo hospitalar, rins, mapas genéticos e, por que não, fragmentos de unhas.

<sup>16</sup> Os desdobramentos dessas tendências são comentados pelos autores recém-citados: louvação por De Masi (2000) e execução por Rifkin (1995).

<sup>17</sup> Dizer que tal desodorante ou qual pilha de computador não deteriora o meio ambiente não apenas protege a este, mas também favorece as vendas.

por mais danosos que tenham sido os baques causados nos sistemas educacional, de saúde, previdenciário, etc., os deslocamentos setoriais na alocação de mão-de-obra são visíveis: menor jornada de trabalho e mais emprego público e, assim, mais serviços e mais lazer.<sup>18</sup>

A reprodução ilimitada da troca, da produção de mercadorias e de signos e subjetividade permitiu ao capitalismo destruir as formações econômico-sociais escravista e feudal, para não se mencionar a contaminação provocada no experimento socialista soviético. Ademais, depois da chamada Revolução Comercial, o capitalismo também engendrou ou absorveu uma segunda revolução: a Industrial. Hoje, seu desafio consiste em acomodar a contradição existente entre a redução do valor embutido nas mercadorias que assumem a forma de bens e a crescente transformação dos signos e subjetividade em novas mercadorias despidas de valor, mas com preços e espaço garantidos no mundo das trocas.

Por tudo isso é que a ênfase na importância do crescimento setorial da produtividade é uma forma de distinguir desenvolvimento de subdesenvolvimento. Com efeito, a distribuição setorial da magnitude dos coeficientes de produtividade anda lado a lado com o desenvolvimento econômico. Alguns setores serão mais capazes do que outros em redistribuir seus ganhos entre trabalhadores, capitalistas e consumidores, marcando o contraste entre uma economia competitiva e uma economia monopolística. Tal consideração traz de volta a discussão das formas de avançar além do dualismo.

Uma forma óbvia de se ir além do dualismo consiste em lidar com modelos multissetoriais, onde as relações entre a produção, a distribuição e o consumo sejam tornadas funcionalmente explícitas. Precisamente, a incorporação, o desdobramento e a sofisticação desse instrumental vieram a caracterizar a teorização sobre o desenvolvimento econômico nos anos 90, com a construção de modelos multissetoriais, cabendo destacar a investigação concernente à relação entre crescimento e desigualdade.<sup>19</sup> Observa-se notável contraste entre os modelos dinâmicos e igualitários da Nova Ásia e a experiência histórica latino-americana.

Com relação à Nova Ásia, a intensidade da associação positiva entre crescimento econômico e distribuição da renda tem novo reforço com o modelo desenvolvido por Bowles e Gintis (1995). Esses autores, usando a moldura da teoria do agente principal, sugerem que os trabalhadores podem ter maiores

---

<sup>18</sup> Uma quantificação desse tipo de mudança estrutural foi feita em Glyn (1990).

<sup>19</sup> Além do já citado Fajnzylber (1988,1989), pode-se acrescentar Birdsall *et al.* (1995).

incentivos para se esmerarem em cuidar dos ativos da empresa se tais ativos, em alguma medida, lhes pertencerem, o que implica desempenho mais eficiente e, assim, maior dinamismo na economia. Na América Latina, a crise provocada pelos respingos do descalabro financeiro internacional levou a que alguns segmentos das sociedades locais passassem a defender arduamente o não-intervencionismo governamental, como forma de equilibrar o orçamento público. Essa investida neoliberal contrasta de modo dramático com a experiência dos chamados Tigres Asiáticos. Na Nova Ásia, a explicitação de políticas industriais orquestradas pelos governos, a realização de reforma agrária e o gasto expressivo em educação e outros bens públicos e de mérito sinalizam as enormes potencialidades do igualitarismo para promover o desenvolvimento econômico.

Ademais, a corrida dos países capitalistas avançados em busca de maiores ganhos de produtividade tem seu mecanismo impulsionador diagnosticado por Applebaum e Schettkat (1995). Dando destaque à clássica indagação sobre quais as forças geradas no sistema econômico que o transformam, esses autores sustentam

“(…) o ponto de vista de que as elasticidades da demanda pelos produtos industriais declinaram com a elevação da renda e com a acumulação dos bens de consumo duráveis nas economias industrializadas.

“De acordo com este modelo de desenvolvimento ‘pós-industrial’, o crescimento do emprego depende da expansão das indústrias com menores taxas de crescimento da produtividade. Uma consequência é que o crescimento do emprego é atualmente extremamente influenciado pelo aparato institucional nacional, incluindo o estado de bem-estar, bem como as instituições do mercado de trabalho” (Applebaum, Schettkat, 1995, p.621).

Sua recomendação de política econômica é vibrante:

“As nações podem optar por alcançar maior eficiência e descobrir os meios de distribuir o modesto crescimento do emprego sobre maiores contingentes da classe trabalhadora, através de mecanismos de compartilhamento de emprego ou de renda” (Ibid., p.622).

Claramente, o hedonismo, ou outro nome qualquer que se queira dar ao fenômeno, sempre levou e continuará levando os homens a substituírem, cada vez mais, seu trabalho direto destinado à produção de utilidades pelo trabalho

acumulado, cristalizado na forma de máquinas.<sup>20</sup> Tal substituição implica estrondosa elevação da produtividade do trabalho, precisamente em virtude do fato de que a produção tem caráter social, o que permite aos diferentes integrantes das sociedades humanas se especializarem em determinadas tarefas. Especialização produtiva implica, *ipso facto*, setorialização da produção, dualismo e ... exclusão social, caso as regras distributivas chanceladas pela sociedade sejam aquelas de associar direitos de consumo à venda de direitos de propriedade sobre meios de produção ou força de trabalho. Hoje, com poucos segundos de manejo de um *mouse*, pode-se produzir um dodecaedro regular de matéria plástica que deixaria qualquer alquimista boquiaberto. Quando o CAD-CAM construir objetos antropomórficos, como os andróides do entusiasmante filme *Blade Runner*, as máquinas darão lições de altruísmo<sup>21</sup>, e as regras da distribuição do Produto social também passarão a ter uma feição mais humana.

## Bibliografia

- ANAND, S., KANBUR, R. (1993). Inequality and development: a critique. **Journal of Development Economics**, v.41, n.1, p.19-43.
- APPLEBAUM, Eileen, SCHETTKAT, Ronald (1995). Employment and productivity in industrialized economies. **International Labour Review**, v.134, n.4-5, p.605-623.
- BAER, Werner, MANESCHI, Andrea (1969). Substituição das importações, estagnação e mudança estrutural; uma interpretação do caso brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v.23, n.1, p.72-91.
- BAUMOL, William J. (1967). Macroeconomics of unbalanced growth: the anatomy of urban crisis. **American Economic Review**, v.57, n.3, p.445-426, jun.
- BAUMOL, William J. (1986). Productivity growth, convergence, and welfare: what the long-run data show. **American Economic Review**, v.76, n.5, p.1073-1085.

---

<sup>20</sup> Ver Tauille (1981).

<sup>21</sup> De acordo com Faria (1983), o componente de trabalho morto será tão elevado no futuro do capitalismo que as máquinas epitomadas pelos andróides serão... humanas.

- BÊRNI, Duilio de Avila (1995a). Análise contrafactual da distribuição da renda no Brasil: uma perspectiva de insumo-produto. **Revista de Economia Política**, v.15, n.3, p.66-83, jul.
- BÊRNI, Duilio de Avila (1995b). As três dimensões do trabalho social e o modelo de insumo-produto. **Textos de Economia**, v.6, n.1, p.7-48.
- BIRDSALL, Nancy, ROSS, David, SABOT, Richard (1995). A desigualdade como limitação ao crescimento na América Latina. **Revista de Administração Pública**, v.29, n.4, p.260-295, out.
- BONELLI, R., CUNHA, P. Vieira da (1982). Mudanças nas estruturas de produção, renda e consumo, e crescimento econômico no Brasil no período 1970-75. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. v.12, n.3, p.807-850, dez.
- BOULDING, Kenneth J. (1966). **O significado do Século XX**; a grande transição. Rio de Janeiro : Fundo de Cultura.
- BOWLES, Samuel, GINTIS, Herbert (1995). Productivity-enhancing egalitarian policies. **International Labour Review**, v.134, n.4-5, p.559-585.
- COUTINHO, Maurício (1980). Distribuição de renda e padrões de consumo: alguns autores em torno da tradição cepalina **Ensaio FEE**, v.1, n.1, p.139-152.
- DE MASI, Domenico (1999). **O futuro do trabalho**. Rio de Janeiro : José Olympio.
- DE MASI, Domenico (2000). **O ócio criativo**. 2.ed. Rio de Janeiro : Sextante.
- FAJNZYLBER, Fernando (1988). Latin American industrialization: from the 'black box' to the 'empty box'. **International Social Science Journal**, v.2, n.8, p.469-475.
- FAJNZYLBER, Fernando (1989). **Industrialización en América Latina**: de la "caja negra" al "casillero vacío"; comparación de patrones contemporáneos de industrialización. Santiago : Naciones Unidas/CEPAL.
- FARIA, L. A. E. (1982). Blade runner, ou um futuro para o capitalismo. **Zero Hora**, Porto Alegre : RBS, 15 fev., p.6.
- FONSECA, Manuel A. R. da, GUILHOTO, Joaquim José M. (1987). Uma análise dos efeitos econômicos de estratégias setoriais. **Revista Brasileira de Economia**, v.41, n.1, p.81-98, jan.

- FURTADO, Celso (1969). **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo : Nacional.
- FURTADO, Celso, MANESCHI, Andrea (1968). Um modelo de desenvolvimento e estagnação na América Latina. **Revista Brasileira de Economia**, v.22, n.2, p.5-36, jun.
- GATES, Bill (1995). **The road ahead**. London : Viking.
- GLYN, Andrew (1990). Corporatism, patterns of employment and access to consumption. In: MARGLIN, Stephen, SCHOR, Juliet B., eds. **The golden age of capitalism: reinterpreting the Post-War experience**. Oxford : Clarendon.
- GUATTARI, Félix (1991). **As três ecologias**. Campinas : Papirus.
- HAGGARD, Stephan (1990). **Pathways from the periphery; the politics of growth in the Newly Industrializing Countries**. Ithaca : Cornell.
- HENNINGS, Klaus H. (1986). The exchange paradigm and the theory of production and distribution. In: BARANZINI, Mauro, SCAZZIERI, Roberto, eds. (1986). **Foundations of economics: structures of inquiry and economic theory**. Oxford : Basil Blackwell. p.51-68.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1973). The changing tolerance for income inequality in the course of economic development. **Quarterly Journal of Economics**, v.87, n.4, p.544-566, nov.
- KANBUR, S. M. R., McINTOSH, J. (1988). Dual economy models: retrospect and prospect. **Bulletin of Economic Research**, v.40, n.2, p.83-113.
- KUZNETS, Simon (1955). Economic growth and income inequality. **American Economic Review**, v.45, n.1, p.1-28, mar.
- LEWIS, W. Arthur (1954). Economic development with unlimited supplies of labour. **Manchester School**, v.22, p.139-191.
- LOCATELLI, Ronaldo Lamounier (1985). **Industrialização, crescimento e emprego: uma avaliação da experiência brasileira**. Rio de Janeiro : IPEA.
- LOPES, Francisco Lafaete (1972). Desigualdade e crescimento: um modelo de programação com aplicação ao Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.2, n.2, p.189-226, dez.

- LOPES, Francisco Lafaiete de Padua (1969). Subsídios à formulação de um modelo de desenvolvimento e estagnação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v.23, n.2, p.59-78, jun.
- MOLL, Terence (1992). Mickey Mouse numbers and inequality research in developing countries. **Journal of Development Studies**, v.28, n.4, p.689-704.
- OLIVEIRA, Francisco de (1978). **Crítica à razão dualista**. 5.ed. Petrópolis, RJ : Vozes.
- PERSSON, Tornsten, TABELLINI, Guido (1993). **Is inequality harmful for growth?** Stockholm : Institute for International Economic Studies. (Seminar papers, 537).
- PINTO, Anibal (1976). Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In: SERRA, José, coord. (1976). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro : Paz e Terra. p.44-82.
- PREBISH, Raúl (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v.3, n.3, p.47-111, set.
- REYNOLDS, Lloyd G. (1983). The spread of economic growth to the Third World: 1850-1980. **Journal of Economic Literature**, v.21, n.3, p.941-980, sept.
- RIFKIN, Jeremy (1995). **The end of work: the decline of the global labor force and the dawn of the post-market era**. New York : G.P.Putman's Sons.
- ROWTHORN, Bob (1982). Neoclassicismo, neoricardianismo e marxismo. In: —. **Capitalismo, conflito e inflação: ensaios de economia política**. Rio de Janeiro : Zahar.
- SINGER, Hans (1969). O mecanismo do desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. N., SINGH, S. P., orgs. (1969). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro : Forense. p.387-405.
- TAUILLE, José Ricardo (1981). Uma introdução à economia política da informação. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.2, n.2, p.89-108.
- TAVARES, Maria da Conceição (1983). O movimento geral do capital: um contraponto à visão da autoregulação da produção capitalista. In: FIGUEIREDO, Eurico; KONDER, Leandro, CERQUEIRA FILHO, Gisaldo Lopes, eds.(1983). **Por que Marx?** Rio de Janeiro : Graal. p.233-256.

- TAVARES, Maria da Conceição, SERRA, José (1972). Além da estagnação. In: TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira.** Rio de Janeiro : Zahar.
- TAYLOR, Lance, BACHA, Edmar L. (1976). The unequalising spiral: a first growth model for Belindia. **Quarterly Journal of Economics**, v.90, n.2, p.197-218, May.
- TOFLER, Alvin (1980). **The third wave.** London : Pan, Collins.

## Abstract

This article attempts to link traditional and new concepts of development economics. To begin with, it points to productive surplus, a phenomenon which engendered commodity exchange. However, if exchange led to the market creation, market itself is far from being the only responsible for the allocation of resources. On the contrary, the market can be sustained only in societies which rely on an enormous network of social relations. Thus, it is a mistake to assume that the market alone is able to regulate all dimensions of social life. Public goods encompass market failures, while firms result from costs due to using the market. The main achievement of the market mechanism is the steady increase of labour productivity. But even this apparently benevolent feature creates increasing unemployment. In particular, the Third Industrial Revolution increased production, but reduced employment. This implies social exclusion, unless the existing distributive rules are changed.